



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

2025



ÍNDICE

Mensagem da Diretoria Executiva	3
Gestão	3
Apresentação	4
A Entidade	5
Destaques 2025	6
Quadro Social	11
Cenário 2025 - Econômico e Financeiro	12
Plano Misto de Benefícios - PMB	14
Plano de Gestão Administrativa - PGA	24
Demonstrativo Patrimonial e de Resultados	30
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	36
Parecer dos Auditores Independentes	57
Parecer Atuarial do Plano PMB - 2025	60
Parecer do Conselho Fiscal	72
Manifestação do Conselho Deliberativo	73

Mensagem da Diretoria Executiva

“Solidez, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos dos nossos participantes e assistidos”

Mesmo diante de um cenário desafiador, mantivemos uma atuação prudente e estratégica, assegurando a sustentabilidade do Plano e a confiança de todos que fazem parte da nossa história.

O ano de 2025 reafirmou o compromisso da CAPOF com a solidez, a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos dos nossos participantes e assistidos.

Seguimos avançando na modernização dos processos, no fortalecimento da governança e na melhoria contínua do relacionamento com nosso público.

Olhando à frente, nosso foco permanece em três pilares: sustentabilidade do Plano, inovação dos processos e integração com os participantes e assistidos.

Continuaremos evoluindo com responsabilidade, aprimorando nossa gestão e buscando soluções que garantam segurança, eficiência e resultados consistentes no longo prazo.

Seguimos juntos, com confiança e compromisso.

Gestão

CONSELHO DELIBERATIVO

Sandra Maria Nery Araújo

Presidente

Maria Ozete Matias de Sousa Filha

Membro

Irismar do Socorro do Espírito Santo Silva

Membro

CONSELHO FISCAL

José de Ribamar Martins Junior

Presidente

Maria de Nazaré Ribeiro Campos

Membro

Augusto Cezar de Moraes Salgado

Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria de Jesus Castelo Branco Freire

Diretora Superintendente

Andréa Ribeiro Nunes Freitas

Diretora de Seguridade

Apresentação

O Relatório Anual de Informações (RAI) tem por objetivo apresentar, de forma clara, precisa e transparente, as principais informações sobre o desempenho dos ativos e passivos registrados no exercício de 2025, em comparação ao exercício de 2024, no âmbito da gestão do Plano Misto de Benefícios (PMB) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM - CAPOF, destinadas à divulgação aos participantes e assistidos.

O Relatório contempla informações gerais e relevantes sobre o funcionamento da Entidade e a situação dos Planos que administra, incluindo, entre outros aspectos, a rentabilidade dos investimentos, a evolução patrimonial e os principais indicadores de desempenho, de forma a possibilitar a adequada avaliação da gestão pelos participantes e assistidos, em conformidade com as diretrizes normativas aplicáveis.

Este Relatório está fundamentado na Resolução CNPC nº 32, de 4 de dezembro de 2019 e na Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, que dispõem sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações claras, completas e acessíveis aos participantes e assistidos, com vistas à transparência e ao acompanhamento da gestão dos Planos.

Dessa forma, o presente Relatório constitui instrumento essencial de prestação de contas, transparência e fortalecimento das práticas de governança, contribuindo para a confiança e a sustentabilidade da Entidade.

A Entidade

A **CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO (CAPOF)**, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, patrocinada pelo Banco Bradesco S/A e pela própria Entidade.

Foi criada em 1967 com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, pautados pelos seguintes propósitos:



MISSÃO

Proporcionar o bem-estar de seus participantes, assistidos e beneficiários, por meio da gestão de Plano de Previdência Complementar, com qualidade, ética, sustentabilidade e transparência.



VISÃO

Ser reconhecida como uma Entidade de excelência, tornando-se referência nacional na gestão de planos de previdência complementar.



VALORES

Ética;
Integridade; e
Transparência.

Destaques 2025

CAFÉ DA MANHÃ DO DIA DO APOSENTADO

No dia 24/01/2025, foi realizada a 9ª edição do Café da Manhã em Comemoração ao Dia do Aposentado, marcando o retorno do evento ao Calendário Institucional da CAPOF após o período de suspensão causado pela pandemia, desde 2021.



O evento reuniu 94 assistidos e seus acompanhantes no Alessandra Beleza Buffet, reforçando o compromisso da CAPOF com a valorização de seu público e com a promoção de ações voltadas à convivência, ao acolhimento e ao fortalecimento do relacionamento com a Entidade.

CANAL DE OUVIDORIA CAPOF

Em junho de 2025 foi instituído o Canal de Ouvidoria da CAPOF, concebido como uma segunda instância de escuta e mediação, destinado ao tratamento de manifestações não solucionadas pelos canais de atendimento da Entidade.



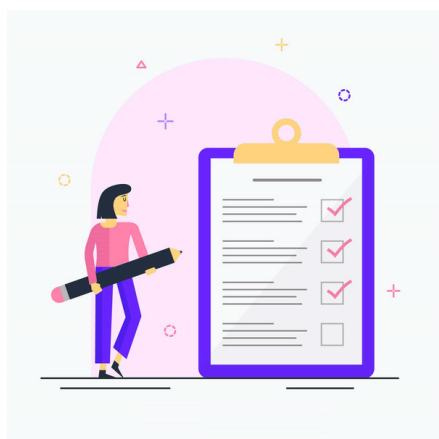
O endereço eletrônico **ouvidoria@capof.org.br** passou a ser o meio oficial para o recebimento de feedbacks, reclamações, sugestões e denúncias encaminhadas por participantes, assistidos, colaboradores e demais partes interessadas.

A iniciativa tem como propósito fortalecer a transparência e a ética organizacional, aprimorar o relacionamento institucional e assegurar um ambiente de confiança entre a Entidade e seu público.

No ano de 2025 não foram registradas manifestações no Canal de Ouvidoria.

Destaques 2025

XIX SERAP – SEMANA DE RECADASTRAMENTO DE ASSISTIDOS E PARTICIPANTES



No ano de 2025, a XIX Semana de Recadastramento foi realizada no período de 09 a 12/06/2025, ocasião em que foram intensificadas as ações voltadas à atualização cadastral, com o recebimento das fichas na Sede da Entidade, bem como por meio de WhatsApp e e-mail.

Como resultado, em dezembro de 2025, foi atingida a meta de 100% de recadastramento de Participantes e Assistidos.

XIV ENPAC - ENCONTRO DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS DA CAPOF



No dia 13/06/2025, foi realizado o XIV ENPAC – Encontro de Participantes e Assistidos, marcando a retomada oficial do encontro ao Calendário Institucional da CAPOF após o período de interrupção, desde 2020, ocasionado pela pandemia.

O encontro reuniu 70 assistidos, participantes e seus acompanhantes no Alessandra Beleza Buffet proporcionando momentos de integração, reencontros entre antigos colegas de trabalho e o fortalecimento do vínculo entre a Entidade e seu público.

A programação incluiu sorteio de brindes e a palestra “Envelhecimento Saudável e Ativo”, ministrada pela geriatra Dra. Jacira Serra, que trouxe orientações práticas e reflexões sobre qualidade de vida na maturidade.

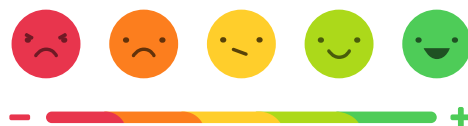
Destaques 2025

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CAPOF 2025-2028



Instituído em julho/2025, o Planejamento Estratégico da CAPOF, para o período de 2025 a 2028, que foi elaborado com o objetivo de proporcionar uma visão estruturada do contexto organizacional e subsidiar a formulação de diretrizes estratégicas que orientem a tomada de decisões e fortaleçam a capacidade institucional da Entidade na geração de valor sustentável no longo prazo.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO CAPOF 2025



Foi realizada, no período de 13 a 31/10/2025, a Pesquisa de Satisfação da CAPOF, em formato on-line, com o objetivo de identificar, sob a ótica dos Assistidos e Participantes, o nível de satisfação em relação aos serviços e práticas da Entidade, bem como apontar pontos fortes, aspectos de atenção e oportunidades de aprimoramento e inovação.

O questionário foi composto por 10 perguntas, contemplando questões objetivas (fechadas) e subjetivas (abertas), estruturadas nos seguintes eixos temáticos: gestão, eventos, comunicação, informações institucionais, relacionamento e atendimento, além de sugestões e comentários. O universo da pesquisa compreendeu 391 Assistidos e Participantes, onde foram registradas 143 respostas, o que corresponde a uma taxa de participação de 36,6%.

No Café da Manhã do Dia do Aposentado, realizado em janeiro/2026, foi apresentado o resultado da Pesquisa, demonstrando que a Entidade é amplamente reconhecida pela qualidade de sua gestão e atendimento, refletindo uma relação de confiança consolidada com seus Assistidos e Participantes e ainda, reforçou a importância da continuidade das boas práticas já implementadas, sinalizando oportunidades de melhorias.

Destaques 2025

RECEBIMENTO DO SELO DE ENGAJAMENTO DA ABRAPP CATEGORIA PRATA

Em 03/11/2025, durante webinar realizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), a CAPOF foi reconhecida com o Selo Nacional de Engajamento 2025, na categoria Prata, destacando-se entre as entidades com elevado nível de engajamento e comprometimento no segmento de previdência complementar.



Em sua quinta edição, o Selo de Engajamento, instituído em 2021 por iniciativa do Comitê de Gestão de Pessoas da Abrapp, tem o objetivo de incentivar o engajamento de colaboradores e equipes diante dos desafios impostos por um cenário de constantes transformações. Em 2025, a pesquisa foi conduzida pela consultoria Numera e contou com a participação de 80 entidades.

O programa Selo de Engajamento é um importante instrumento de reconhecimento às entidades que promovem um ambiente de trabalho produtivo e colaborativo para suas equipes, além de estimular a autoavaliação institucional e a adoção de práticas alinhadas às melhores referências de mercado.



Projetos Corporativos CAPOF 2025

“MENTE SÃ, CORPO SÃ” - GINÁSTICA LABORAL

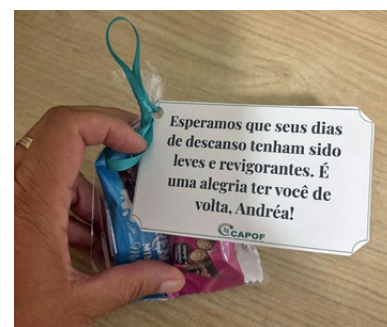


Prática de ginástica laboral com o objetivo de reduzir dores, melhorar a postura corporal, aumentar a produtividade, diminuir o absenteísmo e promover o bem-estar geral, por meio de exercícios realizados às sextas-feiras, com divisão dos participantes em dois grupos, de forma a não comprometer simultaneamente as atividades de trabalho. No exercício de 2025, foram realizadas 23 sessões de ginástica laboral.

“CUIDANDO NOS DETALHES”

Ao retorno das férias ou afastamentos prolongados, Diretores e Colaboradores são recebidos com um mimo, demonstrando de maneira singela as boas-vindas!

No ano de 2025, todos da equipe foram recepcionados com chocolate e cartão.



“ENGAJAMENTO +”



Estratégias que promovem o bem-estar e pertencimento da equipe, consolidando o alinhamento com a gestão, a missão, visão e valores da Entidade, a fim de manter um ambiente de trabalho produtivo e contributivo:

Cineminha: 1ª sextas-feiras de cada mês, a equipe assiste, na Sala de Reuniões da CAPOF, conteúdos do segmento das EPFC, ou temas relacionados. No ano de 2025 foram realizados 11 cineminhas.

Parabéns para Você!: No dia do seu aniversário, o colaborador tem folga no expediente da tarde. No ano de 2025 todos foram contemplados com a folga.

Quadro Social

PARTICIPANTES		ASSISTIDOS		TOTAL	
2024	2025	2024	2025	2024	2025
36	32	364	360	400	392

Contribuições PMB

(em R\$)

MÊS	PARTICIPANTES / PATROCINADORA	ASSISTIDOS
JAN	38.541	271.839
FEV	36.706	286.519
MAR	37.068	278.860
ABR	40.942	277.846
MAI *	37.548	554.650
JUN	38.098	276.591
JUL	38.739	276.537
AGO	38.684	276.533
SET	39.992	276.440
OUT	48.736	276.440
NOV	39.929	276.406
DEZ **	64.793	276.005
TOTAL	499.776	3.604.666

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

** Contribuição Participantes e Patrocinadora + 13º salário

Contrato de Dívida Patrocinadora

(em R\$)

MÊS	PATROCINADOR *
JAN	884.077
FEV	888.321
MAR	888.321
ABR	901.468
MAI	906.065
JUN	910.914
JUL	0
AGO	0
SET	0
OUT	0
NOV	0
DEZ	0
TOTAL	5.379.165

* Instrumento de Consolidação e Confissão de Dívida, com término em Junho/2025.

Aposentadorias, Pensões, Pecúlios e Resgates

(em R\$)

MÊS	PMB
JAN	1.941.705
FEV *	3.688.058
MAR	1.991.860
ABR	2.000.689
MAI **	3.961.783
JUN	2.001.675
JUL	1.975.261
AGO	1.975.233
SET	1.974.575
OUT	1.974.575
NOV	1.991.032
DEZ	3.115.498
TOTAL	28.591.945

* Folha Normal + Dif. Reajuste

** Folha Normal + Abono Anual

Cenário 2025

Econômico e Financeiro

O ano de 2025 foi marcado por uma "montanha-russa" de juros altos e surpresas positivas nas bolsas. Enquanto o Brasil enfrentou o maior patamar de juros em quase duas décadas, o mercado acionário global e doméstico entregou retornos robustos, impulsionados por tecnologia e fluxo estrangeiro.

O Brasil viveu um ano de contrastes: juros severos para conter a inflação, mas uma bolsa de valores que ignorou o pessimismo e bateu recordes.

O Banco Central elevou a Selic ao patamar de 15% ao ano em meados de 2025, o nível mais alto em quase 20 anos. O objetivo foi combater uma inflação persistente e incertezas fiscais.

A economia brasileira mostrou resiliência, fechando o ano com um crescimento do PIB em torno de 2,3%. A inflação (IPCA) encerrou com 4,26%, próximo limite superior da meta, pressionada por energia e serviços. O Ibovespa foi a grande surpresa do ano, acumulando uma alta de 34% (o melhor desempenho desde 2016). O índice superou os 161 mil pontos, impulsionado pela entrada de capital estrangeiro e pela valorização de commodities e bancos.

O dólar apresentou volatilidade, mas terminou o ano com viés de queda frente ao real fechando com R\$ 5,50, refletindo o diferencial de juros alto que atraiu investidores para a renda fixa brasileira. O mundo lidou com a "digestão" das políticas econômicas das grandes potências e o avanço imparável da Inteligência Artificial.

A economia americana desacelerou levemente (PIB em 2,2%), mas evitou uma recessão profunda. O S&P 500 subiu cerca de 16%, renovando máximas históricas com o rali das Big Techs. Inflação Global começou a ceder na Europa e EUA, permitindo que o Federal Reserve (Fed) e o BCE mantivessem ou iniciassem cortes graduais de juros, o que aliviou o custo do crédito global.

Cenário 2025

Econômico e Financeiro

O ano foi marcado por tensões geopolíticas e comerciais (tarifas dos EUA) e o maior *shutdown** da história americana, gerando volatilidade passageira. O Ouro foi o grande destaque de proteção, subindo 70% no ano e atingindo US\$ 4.500 por onça. O petróleo teve um ano de perdas devido ao aumento da oferta global, enquanto o setor de tecnologia (IA) continuou sendo o principal motor de crescimento das bolsas mundiais.

Indicadores do Mercado Financeiro %

Indicadores	Mês (Dezembro)	Ano (2025)
CDI	1,22	14,32
IMA-B (Ref.: IPCA)	0,31	13,19
IMA-B 5 (Ref.: IPCA)	1,08	11,67
IMA-B 5 + (Ref.: IPCA)	2,8	14,19
IBX	1,19	33,46
IBOVESPA	1,29	33,94
DOLAR COMERCIAL	3,19	-11,15
INPC	0,21	3,9
IPCA	0,33	4,26
IGP-M	-0,01	-1,04

Fontes: Banco Central e IBGE.

O *shutdown* do governo dos Estados Unidos consiste na paralisação parcial ou total das atividades da administração pública federal em decorrência da não aprovação, pelo Congresso, das leis orçamentárias necessárias ao financiamento das operações governamentais dentro do prazo legal. Nessa situação, apenas serviços considerados essenciais são mantidos, podendo ocorrer a suspensão temporária de servidores públicos ou a continuidade de suas atividades sem remuneração imediata.

Fonte: Congressional Research Service. Shutdown of the Federal Government: Causes, Processes, and Effects. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R41759>.

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Composição dos Investimentos

DESEMPENHO DE INVESTIMENTO

Ao final de dezembro de 2025, os investimentos do Plano PMB totalizaram R\$ 307.946 mil. Em comparação a dezembro de 2024, quando somavam R\$ 296.072 mil, registraram incremento de 4,01%.

Os recursos do Plano foram alocados nos seguintes segmentos:

RENDA FIXA

A participação do segmento em dezembro de 2025 foi de 93,71%, totalizando R\$ 288.567 mil. Em comparação a dezembro de 2024 (R\$ 276.914 mil), observou-se um crescimento de 4,21%.

A carteira própria de Renda Fixa do Plano PMB apresenta, em provisão, ativo de debêntures com estimativa de perda no valor de R\$ 424 mil, equivalente a 0,14% do total de seus ativos.

Esse ativo foi incorporado à carteira própria em decorrência do encerramento do Fundo Exclusivo Quality, em 04/07/2016. Na ocasião, não foi possível sua liquidação, motivo pelo qual foi transferido para a carteira do Plano, mantendo-se a expectativa de recuperação ao longo do prazo de vencimento, previsto para 2029 e 2038, conforme tratativas estabelecidas com a ATMA Participações, emissora do ativo.

RENDA VARIÁVEL

A renda variável apresentou, em dezembro de 2025, participação de 4,24%, passando de R\$ 12.628 mil para R\$ 13.056 mil, o que representa um aumento de 3,39%.

Esse resultado foi impactado pelos resgates realizados nos fundos Bradesco FIA Dividendos (R\$ 2.550 mil) e Sharp Ibovespa Ativo FIA (resgate total de R\$ 4.488 mil), ambos em dezembro de 2024, bem como no Ibiuna Equities 30 FIC FIA (resgate total de R\$ 2.948 mil), em janeiro de 2025. Em razão desses movimentos, o crescimento do segmento ficou limitado a 3,39% no período analisado.

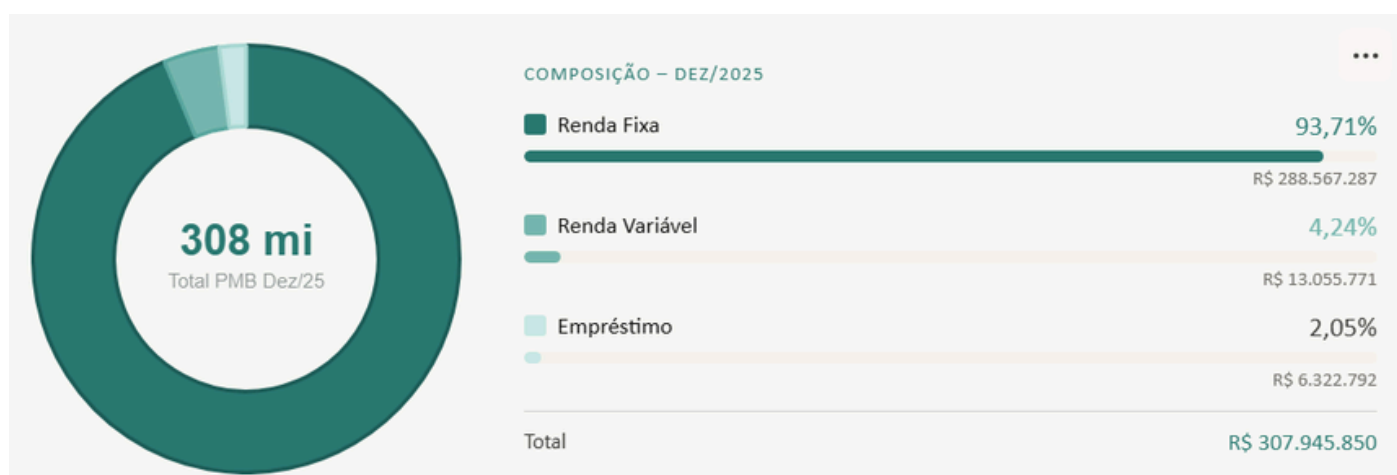
Os recursos resgatados foram direcionados ao segmento de renda fixa, em conformidade com o estudo de ALM (Asset Liability Management), que recomendou a redução de aproximadamente 50% da exposição em renda variável para aquisição de títulos públicos federais do tipo NTN-B, marcados na curva, com vencimentos em 2032 e 2033.

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Composição dos Investimentos

Valores em R\$

SEGMENTO	DEZ 2024	%	DEZ 2025	%	VAR. %
Renda Fixa	276.914.316	93,53	288.567.287	93,71	4,21
Renda Variável	12.627.807	4,27	13.055.771	4,24	3,39
Empréstimo	6.530.074	2,21	6.322.792	2,05	-3,17
Total	296.072.197	100	307.945.850	100	4,01



APLICAÇÃO POR TIPO DE ATIVO

Em dezembro de 2025, o Plano PMB apresentou 93,73% dos recursos aplicados em títulos públicos federais, sendo 88,27% em NTN-B marcadas na curva, 0,43% em NTN-B marcadas a mercado e 5,03% em NTN Over.

Adicionalmente, 4,24% dos recursos estavam alocados em fundos de renda variável e 2,05% em operações de empréstimos com participantes. O Plano possuía, ainda, 0,14% aplicado em debêntures classificadas em provisão para perdas.

A elevada concentração de recursos em NTN-B, marcadas na curva, está alinhada às diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (*Asset Liability Management*) para o exercício de 2025.

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Composição dos Investimentos

A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo:

ATIVOS	VALOR R\$	%
NTN-B – Mercado Mercado	1.308.804	0,43
NTN-B – Mercado Curva	271.815.690	88,27
NTN OVER	15.476.176	5,03
Debêntures	423.609	0,14
(-) Provisão para Perda	-423.609	-0,14
Fundo Renda Variável	13.055.771	4,24
Operações c/ Participantes	6.322.792	2,05
Contas a Pagar/Receber	-34.383	-0,01
Tesouraria	1.000	0,00
Total	307.945.850	100,00

TIPO DE GESTÃO

Em dezembro de 2025, o Plano PMB possuía 97,95% dos recursos sob gestão terceirizada, no montante de R\$ 301.623 mil, distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir. Desse total, 93,71% estavam aplicados no Fundo de Investimento Exclusivo Bradesco Azulejos, cuja carteira apresentava 94,19% alocados em NTN-B marcadas na curva, 0,45% em NTN-B marcadas a mercado e 5,36% em NTN Over. Adicionalmente, 4,24% dos recursos estavam aplicados em fundos de renda variável.

O montante remanescente, correspondente a 2,05% dos recursos, encontrava-se em carteira própria, alocado em operações de empréstimos a participantes.

Ressalta-se que toda a movimentação financeira dos fundos (aplicações, resgates e liquidações) é realizada por meio dos serviços de custódia do Banco Bradesco S.A..

INVESTIMENTO POR GESTOR	VALOR R\$	% S/ TI
Bradesco Asset Management	292.840.679	95,09
Bradesco FI Multimercado Capof Azulejos	288.567.287	93,71
Bradesco FIA Dividendos	4.273.392	1,39
Finacap Investimentos	8.782.379	2,85
Finacap Maurittsatad FIA	8.782.379	2,85
Total Invest. Terceirizado	301.623.058	97,95
Total Investimentos	307.945.850	—

% s/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos do PMB

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Rentabilidade

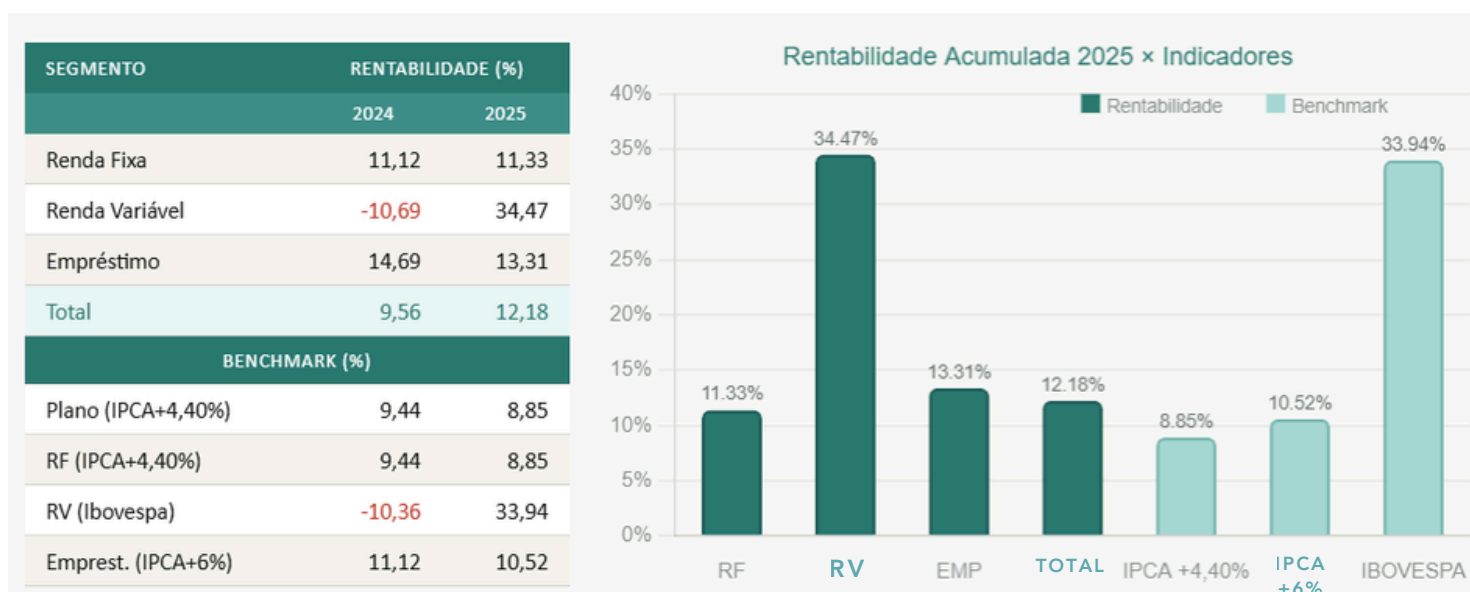
O Plano PMB encerrou o exercício de 2025 com rentabilidade de 12,18%, superando em 37,63% o indicador de referência estabelecido na Política de Investimentos (IPCA + 4,40% a.a.), que registrou 8,85%. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo resultado do segmento de renda variável.

O segmento de renda fixa encerrou o período com rentabilidade de 11,33%, posicionando-se acima do benchmark definido na Política de Investimentos (IPCA + 4,40% a.a.).

O segmento de renda variável apresentou rentabilidade de 34,47%, superando o desempenho do Ibovespa, que no mesmo período registrou variação de 33,94%.

O segmento de empréstimos a participantes, ao final de 2025, apurou rentabilidade de 13,31%, superando o seu indicador de referência (IPCA + 6,00% a.a.), que atingiu 10,52%.

Na sequência, são apresentadas a tabela e o gráfico com as rentabilidades do Plano PMB, por segmento, comparadas aos respectivos indicadores de referência definidos na Política de Investimentos.



PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Valor da Cota

“A cota é a unidade monetária que comanda a escrituração e as movimentações, financeiras ou não, dos Fundos existentes na estrutura do PMB, inclusive entre eles, bem como, entradas e saídas de recursos relativos ao pagamento de benefícios (venda de cotas) ou recebimento de contribuições (compra de cotas), dentre outros movimentos que possam envolver os recursos patrimoniais vinculados ao Plano, na forma de seu Regulamento e módulo operacional da CAPOF”.

Fonte: Definição transcrita da manifestação atuarial da GAMA Consultores Associados (2008).

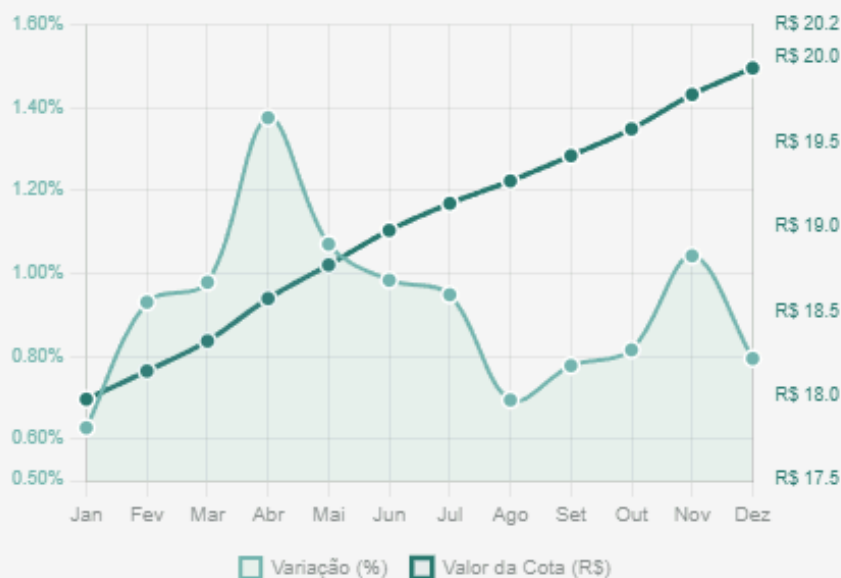
O valor da Cota do Plano Misto de Benefícios – PMB, válida para dezembro de 2025, é de **R\$ 19,9424522** e a valorização foi de **0,79386933%**.

A variação nominal da Cota obtida em 2025 ficou em 11,61%.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do valor e da valorização da cota no período de 12 meses:

EVOLUÇÃO DA COTA

PERÍODO	VALOR DA COTA (R\$)	VARIAÇÃO (%)
Dez/2024	17,868495	0,40097537
Jan/2025	17,980618	0,62749202
Fev	18,147845	0,9300430
Mar	18,325344	0,9780700
Abr	18,577262	1,3746975
Mai	18,776093	1,0702903
Jun	18,980666	0,9830222
Jul	19,140500	0,9484568
Ago	19,273339	0,6940222
Set	19,423080	0,7769318
Out	19,581328	0,8147420
Nov	19,785382	1,0420843
Dez/2025	19,942452	0,7938693



PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Despesas

As despesas apresentadas a seguir, refletem os principais custos incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano PMB, apurados com base no custeio administrativo.

No exercício de 2025, essas despesas totalizaram R\$ 3.401 mil.

Desse montante, 17,03% correspondem às despesas relacionadas à gestão dos fundos de investimento (exclusivo de renda fixa e fundos abertos de renda variável), deduzidas diretamente das respectivas carteiras, no valor de R\$ 579 mil.

Por sua vez, 82,97% referem-se às despesas administrativas mais representativas, que somaram R\$ 2.822 mil.

Valores em R\$		
DESPESAS	VALOR (R\$)	%
Despesas com Investimento	579.384	17,03
Taxa de Administração	402.731	11,84
Custódia	56.708	1,67
Auditoria	6.682	0,20
Taxa Anbima	4.416	0,13
Despesas Judiciais	20.933	0,62
Taxa Fiscalização CVM	30.358	0,89
Taxa Selic	9.637	0,28
Taxa Cetip	47.826	1,41
Outras Despesas	93	0,00
Despesas Administrativas	2.821.770	82,97
Pessoal e Encargos	2.113.543	62,14
Serviços de Tecnologia	249.600	7,34
Consultoria Atuarial	141.561	4,16
Auditoria Externa Contábil	41.580	1,22
Consultoria Jurídica	134.008	3,94
Consultoria Financeira	90.842	2,67
Consultoria de Risco	31.756	0,93
Consultoria Conselho Fiscal	18.880	0,56
Total	3.401.154	100,00

Fonte: Custódia Bco. Bradesco e Balancete CAPOF

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Risco relacionado à Sustentabilidade

Foi estabelecido na Política do Plano PMB, que os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados através dos fatores ASG (Ambiental, Social e Governança), os quais designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

As dimensões ambiental, social e de governança podem considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- Impacto ambiental das empresas e dos seus investimentos;
- Esforços para conservar e gerir os recursos naturais;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Internalização dos impactos ambientais e sociais na esfera empresarial.

As três principais estratégias em termos de Investimento Responsável que incorporam critérios ASG são:

- Integração, mediante a agregação de critérios socioambientais e de governança aos tradicionais e indispensáveis critérios de desempenho econômico-financeiro;
- Avaliação dos melhores desempenhos em termos socioambientais e de governança dentro de determinado setor econômico (best-in-class) – estratégia que leva em conta a conduta específica de cada empresa, considerando-se o mercado específico em que ela atua;
- Filtragem – a filtragem pode ser positiva, quando a alocação de recursos a determinados setores é privilegiada por sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável ou negativa, quando determinados setores são excluídos por sua natureza controversa em relação a aspectos ASG.

A fim de avaliar o impacto desses temas em sua carteira de investimentos, a CAPOF monitorará os seus gestores de investimentos no que tange ao processo de incorporação de análises relacionadas ao tema de ASG na construção dos portfólio dos seus gestores. Por enquanto, tal monitoramento terá objetivo educativo, mas em breve passará a ser classificatório.

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Política de Investimentos 2026

Na aplicação dos recursos, o Plano PMB observará os limites consignados nas tabelas a seguir:

ART.	INCISO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LEGAL	PI
21	-	-	Renda Fixa	100%	100%
	I	a	Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
		b	Cotas de classes de ETF renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%
	II	a	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	80%	50%
		b	Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras		50%
		c	Cotas de classes de ETF Renda Fixa		50%
	III	a	Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	15%
		b	Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		15%
		c	Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancária ou não bancárias		15%
		d	Debêntures incentivadas de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 e debêntures de infraestrutura, de que trata a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024		15%
		e	Cotas de classes de FIDC e cotas de classes de cotas de FIDC, CCB e CCCB		15%
		f	CPR, CDCA, CRA e WA		15%
	22	-	-	Renda Variável	70%
I		-	Segmento Especial de Listagem: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + cotas de classes de ETF de sociedade de capital aberto admitidas à negociação em segmento especial que assegure práticas diferenciadas de governança	70%	20%
II		-	Segmento não Especial: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + cotas de classes de ETF de sociedade de capital aberto	50%	20%
III		-	<i>Brazilian Depository Receipts</i> – BDR e ETF-Internacional, admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil	10%	10%
IV		-	Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%	3%

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Política de Investimentos 2026

ART.	INCISO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LEGAL	PI
23	-	-	Estruturado	20%	10%
	I	a	FIP (cotas de classes de fundos de investimento em participações)	10%	1%
	II	d	Cotas de classes de fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais – Fiagro	10%	1%
	III	a	COE (Certificados de Operações Estruturadas)	10%	10%
	III	b	FAMA (cotas de classes de fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso")	10%	10%
	IV	-	Cotas de classes de fundos tipificadas como multimercado	15%	15%
	V	-	Créditos de descarbonização – CBIO e Créditos de carbono	3%	3%
24	-	-	Imobiliário	20%	15%
	I	-	FII (cotas de classes de fundos de investimento imobiliário e cotas de classes em cotas de fundos de investimento imobiliário)	20%	1%
	II	-	CRI (certificados de recebíveis imobiliários)		15%
	III	-	CCI (cédulas de crédito imobiliário)		15%
	-	-	Estoque imobiliários		-
25	-	-	Operações com Participantes	15%	15%
	I	-	Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos	15%	15%
	II	-	Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos		0%
26	-	-	Exterior	10%	5%
	I	-	Cotas de classes de FI e cotas de classes em cotas de FI classificados como "Renda Fixa – Dívida Externa"	10%	5%
	II	-	Cotas de classes de FI constituídos no Brasil, destinados à aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior e a investidores qualificados, em que seja permitido investir mais de 40% do patrimônio líquido em ativos financeiros no exterior		5%
	II	-	Cotas de classes de FI constituídos no Brasil, destinados a investidores qualificados, em que seja permitido investir mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido em ativos financeiros no exterior		5%
	IV-A	-	Cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil, destinados ao público em geral, em que seja permitido investir mais de 20% do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituído no exterior		5%
	V	-	Outros ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, que não estejam previstos nos incisos I a IV-A		5%

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB

Política de Investimentos 2026

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	I	-	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	-	Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	-	Demais Emissores	10%	10%

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	§ 4º	-	Patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora	10%	10%

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	EFPC
28	I	a	Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	FIDC e FIC-FIDC*	25%	25%
		c	ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa, Renda Variável ou Exterior	25%	25%
		d	FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP	25%	25%
		e	FII e FIC-FII*	25%	25%
		f	FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26*	25%	25%
	II	-	Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso II do art.	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
-	-	§1º	De uma mesma série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
-	-	§2º	De uma mesma classe de cotas FIDC.	25%	25%
-	-	§6º	Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%
-	-	§1º	De uma mesma emissão de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
-	-	§2º	De uma mesma subclasse de cotas FIDC.	25%	25%
-	-	§6º	Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Composição dos Investimentos

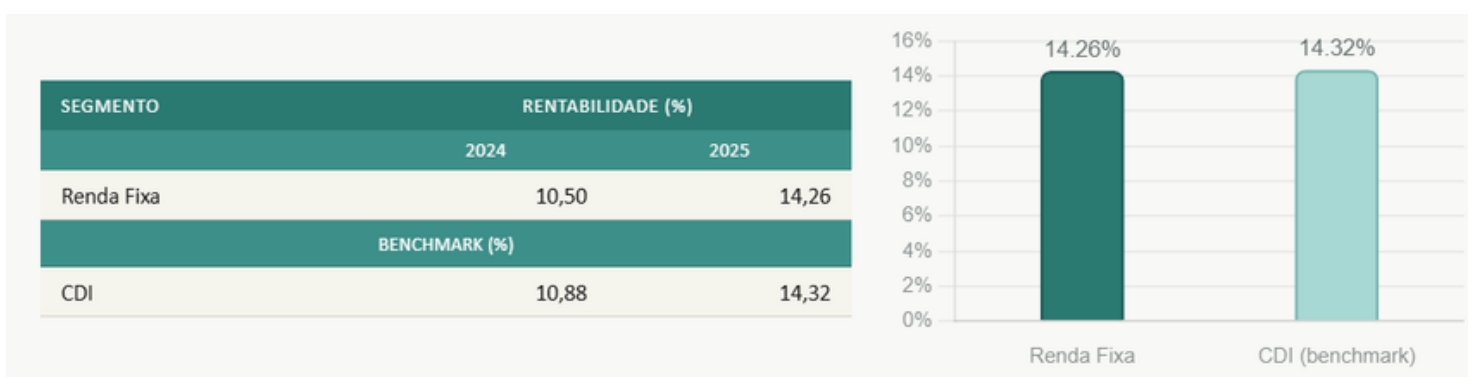
O Plano PGA possui 100% de seus recursos alocados no segmento de renda fixa, distribuídos entre os fundos Bradesco FI DI Federal e Bradesco FI RF Target I.

No exercício de 2025, apresentou crescimento de 10,24%, passando de R\$ 4.768 mil em dezembro de 2024, para R\$ 5.257 mil em dezembro de 2025, conforme demonstrado na tabela a seguir:



RENTABILIDADE

O Plano PGA apresentou, em 2025, rentabilidade de 14,26%, ligeiramente inferior ao indicador de referência estabelecido na sua Política de Investimentos, o CDI, que registrou 14,32% no período.



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Política de Investimentos 2026

Na aplicação dos recursos, o Plano PGA observará os limites consignados nas tabelas a seguir:

ART.	INCISO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LEGAL	PI
21	-	-	Renda Fixa	100%	100%
	I	a	Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
		b	Cotas de classes de ETF renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%
	II	a	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	80%	50%
		b	Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras		50%
		c	Cotas de classes de ETF Renda Fixa		50%
	III	a	Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	15%
		b	Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		15%
		c	Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancária ou não bancárias		15%
		d	Debêntures incentivadas de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 e debêntures de infraestrutura, de que trata a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024		15%
		e	Cotas de classes de FIDC e cotas de classes de cotas de FIDC, CCB e CCCB		15%
		f	CPR, CDCA, CRA e WA		15%

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	I	-	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	-	Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	-	Demais Emissores	10%	10%

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	§ 4º	-	Patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora	10%	10%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Política de Investimentos 2026

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	EFPC
28	I	a	Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	FIDC e FIC-FIDC*	25%	25%
		c	ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa, Renda Variável ou Exterior	25%	25%
		d	FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP	25%	25%
		e	FII e FIC-FII*	25%	25%
		f	FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26*	25%	25%
	II	-	Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso II do art.	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
-	-	§1º	De uma mesma série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
-	-	§2º	De uma mesma classe de cotas FIDC.	25%	25%
-	-	§6º	Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%
-	-	§1º	De uma mesma emissão de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
-	-	§2º	De uma mesma subclasse de cotas FIDC.	25%	25%
-	-	§6º	Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

O Relatório Anual de Informações (RAI), referente ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNPC nº 62/2024 e nº 32/2019, com o objetivo de apresentar, de forma clara, transparente e objetiva, a gestão administrativa da Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Em observância às melhores práticas de governança e transparência, o Conselho Deliberativo da CAPOF, em sua 429ª Reunião Extraordinária realizada em 29/10/2025, aprovou o novo Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

O Regulamento entrou em vigor na data de sua aprovação e reflete o compromisso da Entidade com a eficiência administrativa, a transparência na gestão do PGA e a sustentabilidade do fundo administrativo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A gestão administrativa demonstra que as fontes de custeio do Plano de Gestão Administrativa (PGA) estão aderentes às diretrizes da Resolução CNPC nº 62/2024, assegurando a adequada cobertura das despesas administrativas do exercício.

As Despesas Administrativas contemplam os gastos necessários ao funcionamento da CAPOF, incluindo salários e encargos de pessoal, treinamentos, viagens e estadias, serviços prestados por terceiros, despesas gerais, entre outros.

Os recursos destinados à cobertura dessas despesas são provenientes de fontes de custeio definidas em conformidade com o Regulamento do PGA e o respectivo Parecer Atuarial.

Apresentamos, a seguir, a análise comparativa das fontes de custeio utilizadas para a cobertura das despesas administrativas do Plano de Benefícios operado pela CAPOF.

Receitas - Fontes de Custeio	Valores em R\$ mil		%
	2025	2024	Variação
Custeio Patrocinador	600	1.111	-46%
Custeio Participantes	1.230	1.064	16%
Taxa de Adm de Empréstimos	73	87	-17%
Custeio de Investimentos	78	279	-72%
Resultado de Investimentos	636	435	46%
Outras Receitas	1.128	419	169%
Total	3.745	3.395	10%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Apresentamos, a seguir, a análise comparativa dos dois últimos exercícios, evidenciando a evolução das despesas administrativas da Entidade. Ressalta-se que a CAPOF encontra-se classificada no Segmento S4.

Despesas Administrativas	Valores em R\$ mil		%
	2025	2024	Variação
Pessoal e Encargos	2.114	1.931	9%
Treinamentos	25	19	28%
Viagens e estadias	15	5	234%
Serviços de terceiros	885	783	13%
Despesas gerais	286	267	7%
Outras Despesas	18	20	-8%
Total	3.342	3.024	10%

FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença positiva apurada entre as fontes de custeio administrativo, incluindo transferências de recursos dos Planos, receitas diretas e rendimentos dos investimentos do PGA, menos as despesas administrativas, abrangendo os gastos com a gestão e a administração dos Planos, bem como outras despesas correlatas. Destaca-se, ainda, a relevância do fundo administrativo como instrumento de estabilidade financeira, cuja utilização é monitorada mensalmente, visando assegurar a sustentabilidade do PGA no médio e longo prazo.

Composição do Fundo Administrativo	Valores em R\$ mil		%
	2025	2024	Variação
Patrimônio Inicial	4.684	4.369	7%
Receitas - Fontes de Custeio	3.745	3.395	10%
Despesas Administrativas	(3.342)	(3.024)	10%
Reversão de Contingências	(66)	(55)	19%
Sobra da Gest. Administrativa	338	315	7%
Patrimônio Final	5.022	4.684	7%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

INDICADORES DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em atendimento às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNPC nº 62/2024, que prevê a adoção de critérios quantitativos e qualitativos para avaliação da gestão administrativa, a CAPOF apresenta os principais indicadores de desempenho do Plano de Gestão Administrativa (PGA):

Indicadores	2025	2024
Taxa de Administração / Recursos Garantidores	0,64%	0,86%
Despesas por Ativo Total	1,06%	0,98%
Despesas por Recursos Garantidores	1,08%	1,02%
Despesas por Receitas Administrativas	107,48%	102,17%
Despesas com Pessoal por Receitas	67,98%	65,23%
Despesas com Pessoal por Despesas	63,25%	63,85%
Serviços de Terceiros	26,47%	25,89%
Despesa Per capita por Participante R\$	8.524	7.561

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PGA

Orçamento é o instrumento de planejamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), por meio do qual são estabelecidas as projeções de receitas destinadas ao custeio administrativo e as despesas administrativas para determinado período, no mínimo anual.

A CAPOF realiza o acompanhamento contínuo da execução orçamentária e dos indicadores de eficiência, permitindo avaliar a evolução dos custos administrativos em relação aos recursos garantidores e ao número de participantes.

Despesas	2025			2024		
	Valores em R\$ mil		%	Valores em R\$ mil		%
	Ralizado	Orçado	Variação	Ralizado	Orçado	Variação
Pessoal e Encargos	2.114	2.057	3%	1.931	2.014	-4%
Treinamentos	25	27	-9%	19	27	-30%
Viagens e Estadias	15	73	-79%	5	72	-94%
Serviços de terceiros	885	849	4%	783	684	15%
Despesas gerais	286	264	8%	267	245	9%
Outras Despesas	18	20	-12%	20	60	-68%
TOTAL	3.342	3.290	2%	3.024	3.103	-3%

Demonstrativo Patrimonial e de Resultados



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Balço Patrimonial de 12/2025

11/03/2026

09:36


1

Patrocinadora: Consolidado

Plano: Consolidado

ATIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)	PASSIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)
DISPONÍVEL	103 D	77 D	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.085 C	521 C
REALIZÁVEL	315.325 D	308.617 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	773 C	258 C
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.869 D	7.308 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	305 C	261 C
GESTÃO ADMINISTRATIVA	253 D	467 D	INVESTIMENTOS	7 C	2 C
INVESTIMENTOS	313.203 D	300.841 D	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.123 C	2.274 C
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	306.880 D	294.311 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	5.118 C	1.903 C
FUNDO DE RENDA FIXA	293.824 D	281.683 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	5 C	371 C
FUNDO DE AÇÕES	13.056 D	12.628 D	PATRIMÔNIO SOCIAL	309.293 C	305.963 C
OPERAÇÕES COM	6.323 D	6.530 D	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	302.217 C	299.500 C
EMPRÉSTIMOS	6.323 D	6.530 D	PROVISÕES MATEMÁTICAS	281.886 C	279.896 C
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	73 D	64 D	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	264.408 C	261.951 C
IMOBILIZADO	52 D	62 D	BENEFÍCIOS A CONCEDER	17.478 C	17.946 C
INTANGÍVEL	22 D	3 D	EQUILÍBRIO TÉCNICO	20.331 C	19.603 C
			RESULTADOS REALIZADOS	20.331 C	19.603 C
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	20.331 C	19.603 C
			FUNDOS	7.076 C	6.463 C
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	48 C	48 C
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	5.022 C	4.684 C
			FUNDOS PARA GAR OP. COM	2.006 C	1.731 C
TOTAL DO ATIVO	315.501 D	308.758 D	TOTAL DO PASSIVO	315.501 C	308.758 C


 Maria de Jesus Castelo Branco Freire
 Diretora Superintendente
 CPF: 175.349.253-04


 Andréa Ribeiro Nunes Freitas
 Diretora de Seguridade
 CPF: 409.355.073-53


 Márcia Andrea da C. Lages T. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC/MA - 5605-0

Demonstrativo Patrimonial e de Resultados



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social


Data: 02/03/2026


Hora: 13:55

Referência: JAN a DEZ/2025

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	305.963	304.377	1
1. Adic�es	40.562	32.142	26
(+) Contribui�es Previdenciais	2.439	3.002	-19
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Prev.	34.378	25.745	34
(+) Receitas Administrativas	3.109	2.960	5
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Adm.	636	435	46
2. Destina�es	-37.231	-30.557	22
(-) Benefícios	-26.019	-25.836	1
(-) Portabilidade / Resgates	-2.638	-1.654	59
(-) Constitui�o de Contingências - G. Prev.	-5.432	-218	2.397
(-) Despesas Administrativas	-3.342	-3.024	10
(-) Constitui�o de Contingências - G. Adm.	-66	-55	19
(-) Reversão de Fundos de Investimento	275	235	17
(-) Outras Dedu�es	-10	-4	150
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	3.330	1.586	110
(+/-) Provisões Matemáticas	1.990	-3.226	62
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	728	4.261	-83
(+/-) Fundos Administrativos	338	316	7
(+/-) Fundo p Garant. Operac.c Partic.	275	235	17
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	309.293	305.963	1


 Maria de Jesus Castelo Branco Freire
 Diretora Superintendente
 CPF: 175.349.253-04


 Andréa Ribeiro Nunes Freitas
 Diretora de Seguridade
 CPF: 409.355.073-53


 Márcia Andrea da C. Lages T. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC/MA - 5605-0

Demonstrativo Patrimonial e de Resultados



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa


Data: 12/03/2026


Hora: 11:17


Referência: JAN a DEZ/2025

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.684	4.369	7
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.745	3.395	10
1.1. Receitas	3.745	3.395	10
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.831	2.175	-16
Custeio Administrativo dos Investimentos	78	279	-72
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	73	87	-16
Receitas Diretas	1.128	419	169
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	636	435	46
2. Despesas Administrativas	-3.342	-3.024	10
2.1. Administração Previdencial	-3.342	-3.024	10
Pessoal e Encargos	-2.114	-1.931	9
Treinamento/congressos e seminários	-25	-19	32
Viagens e estadias	-15	-5	200
Serviços de terceiros	-885	-783	13
Despesas gerais	-286	-267	7
Depreciações e amortizações	-18	-20	-8
3. Constituição/Reversão de Contingência	-66	-55	19
6. Sobre/Insuficiência da Ges.Administrativa (1-2-3-4-	-338	-316	7
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	5.022	4.684	7


 Maria de Jesus Castelo Branco Freire
 Diretora Superintendente
 CPF: 175.349.253-04


 Andréa Ribeiro Nunes Freitas
 Diretora de Seguridade
 CPF: 409.355.073-53


 Márcia Andrea da C. Lages T. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC/MA - 5605-0

Demonstrativo Patrimonial e de Resultados



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 02/03/2026


Hora: 14:52

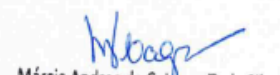
Referência: DEZ/2025

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
1.Ativos	314.929	308.126	2
Disponível	92	61	51
Receável	6.891	11.993	-43
Investimento	307.946	296.072	4
Fundos de Investimento	301.623	289.542	4
Empréstimos e Financiamento	6.323	6.530	-3
2.Obrigações	5.636	2.163	161
Operacional	518	260	99
Contingencial	5.118	1.903	169
3.Fundos não Previdenciais	7.028	6.415	10
Fundos Administrativos	5.022	4.684	7
Fundos para Garantia das operações com participantes	2.006	1.731	16
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	302.265	299.547	1
Provisões Matemáticas	281.886	279.896	1
Superávit/Déficit Técnico	20.331	19.603	4
Fundos Previdenciais	48	48	0
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	23.840	23.354	2
(a) Equilíbrio Técnico	20.331	19.603	4
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.509	3.751	-6
(c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	23.840	23.354	2


 Maria de Jesus Castelo Branco Freire,
 Diretora Superintendente
 CPF: 175.349.253-04


 Andréa Ribeiro Nunes Freitas
 Diretora de Seguridade
 CPF: 409.355.073-53


 Márcia Andrea da C. Lages T. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC/MA - 5605-0

Demonstrativo Patrimonial e de Resultados



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 02/03/2026


Hora: 15:51


Referência: JAN a DEZ/2025

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	299.547	298.512	0
1. Adi�es	38.647	30.922	25
(+) Contribui�es	4.269	5.177	-18
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	34.378	25.745	34
2. Destina�es	-35.929	-29.887	20
(-) Benefícios	-28.667	-27.495	4
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão	-5.432	-218	2.397
(-) Custeio Administrativo	-1.831	-2.175	-16
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.718	1.035	163
(+/-) Provisões Matemáticas	1.990	-3.226	-162
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	728	4.261	-83
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	302.265	299.547	1
C) Fundos não previdenciais	-275	-235	17
(+/-) Fundos para Garantia das opera�es	-275	-235	17


 Maria de Jesus Castelo Branco Preire
 Diretora Superintendente
 CPF: 175.349.253-04


 Andréa Ribeiro Nunes Freitas
 Diretora de Seguridade
 CPF: 409.355.073-53


 Márcia Andrea da C. Lages T. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC/MA - 5605-0

Demonstrativo Patrimonial e de Resultados



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Data: 05/03/2026

Hora: 09:47


Referência: JAN a DEZ/2025

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varição (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	309.907	303.442	2
1. Provisões Matemáticas	281.886	279.896	1
1.1. Benefícios Concedidos	264.408	261.951	1
Benefício Definido	264.408	261.951	1
1.2. Benefício a Conceder	17.478	17.946	-3
Contribuição Definida	17.296	17.755	-3
Saldo de contas - parc. patrocinador(es)/instituidor(es)	8.903	8.936	0
Saldo de Contas - parcela participantes Benefício	8.393	8.820	-5
Benefício Definido	182	190	-4
2. Equilíbrio Técnico	20.331	19.603	4
2.1. Resultados Realizados	20.331	19.603	4
Superávit técnico acumulado	20.331	19.603	4
Reserva de contingência	20.331	19.603	4
3. Fundos	2.054	1.779	15
3.1. Fundos Previdenciais	48	48	0
3.2. Fundo de Garantia de Operações com Participantes	2.006	1.731	16
4. Exigível Operacional	518	260	99
4.1. Gestão Previdencial	511	258	98
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	7	2	267
5. Exigível Contingencial	5.118	1.903	169
5.1 Gestão Previdencial	5.118	1.903	169


 Maria de Jesus Castelo Branco Freire
 Diretora Superintendente
 CPF: 175.349.253-04


 Andréa Ribeiro Nunes Freitas
 Diretora de Seguridade
 CPF: 409.355.073-53


 Márcia Andrea da C. Lages T. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC/MA - 5605-0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

CAPOF - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO - BEM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais - R\$ mil ou de outra forma, conforme indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão ("CAPOF" ou "Entidade") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, patrocinada pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria Fundação, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, autorizada a funcionar por prazo indeterminado.

A CAPOF administra e opera o Plano Misto de Benefícios (PMB), e o Plano de Gestão Administrativa (PGA):

O Plano Misto de Benefícios (PMB), patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela CAPOF, é um Plano com características de "Contribuição Variável", aprovado em 8 de janeiro de 1999, registrado sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1999.0041-83, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 48.307.064/0001-66, vedado para novas adesões, com a última alteração regulamentar ocorrida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria PREVIC/DILIC nº 1.164, de 10 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União, em 16 de novembro de 2022 - página 26, seção 1.

Em 31 de dezembro de 2025, o Plano Misto de Benefícios (PMB), contava com 392 participantes e assistidos (400 em 31 de dezembro de 2024), conforme quadro demonstrativo a seguir:

Massa do Plano	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Participantes	32	36
Assistidos	<u>360</u>	<u>364</u>
Total	<u>392</u>	<u>400</u>





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPCs, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 43, de 06/08/2021; Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, atualizada pela Resolução PREVIC 25, de 15 de Outubro de 2024, que dispõem sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar; Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a NBC ITG 2001. Além dos atos normativos, foram atendidas ainda, as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados a gestão previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas previdencial, administrativa e gestão de investimentos, está última que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Entidade apresenta mensalmente, balancetes do Plano PMB e Plano PGA, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e no Plano PMB, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado do plano de benefícios.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

2.1 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Em atendimento Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e a Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidadas. A consolidação é realizada utilizando o balancete auxiliar denominado operações comuns, anulando o efeito de duplicidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

2.2. Legislação Vigente


As principais normas que regulamentam a contabilidade das EFPC são:

- a) Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e estabelece as normas gerais aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.
- b) Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, atualizada pela Resolução Previc nº 25, de 15/10/2024, que estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional.
- c) Resolução CNPC nº 61, de 11/12/2024, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.
- d) Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.
- e) Resolução CNPC nº 62, de 09/12/2024, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas EFPCs.
- f) Resolução CMN nº 5.202, de 27.03.2025, alterou a Resolução CMN nº no 4.994, de 24/03/2022, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPCs.
- g) Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, que dispõe sobre a apuração do resultado na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit.
- h) NBC ITG 2001 (R1) – Entidade Fechada de Previdência Complementar, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, que disciplina os critérios contábeis específicos aplicáveis às EFPC, abrangendo reconhecimento, mensuração, evidenciação e apresentação das demonstrações contábeis, em consonância com a legislação previdenciária complementar vigente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Gestão Previdencial

Representado substancialmente depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais do Plano PMB.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

3.2 Investimento

Os recursos garantidores do plano previdencial e os recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos e empréstimos estão em consonância com a Resolução nº 5.202, de 27.03.2025 que altera a Resolução nº 4.994, de 24/03/2022, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

3.2.1 Renda Fixa

Conforme determina, Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e alterações da Resolução CNPC nº 61, de 11/12/2024, e Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pró-rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização.

Estão classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição até a data de vencimento. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.
- Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Entidade. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pró-rata) até o vencimento.

3.2.2 Renda Variável

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço. Todos ativos estão alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, e na Instrução CVM nº 438, de 12/07/2006.

3.2.3 Empréstimos a Participantes

Registram os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, nos termos das normas regulamentares, e estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos encargos auferidos até a data do balanço.

A Entidade possui um fundo de reserva para quitação dos empréstimos de participantes e assistidos que vierem a falecer, constituído na concessão do empréstimo, pelo qual os participantes e assistidos desembolsam uma taxa única de 3,00% na concessão.

3.3. Ativo Imobilizado e Intangível

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

3.4 Exigível Contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a natureza de cada contingência, e atualizado até a data do balanço.

3.5 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas por atuário externo e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e seus beneficiários.

As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor presente dos benefícios futuros dos participantes em atividade, líquido das respectivas futuras contribuições.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas contabilizadas no Plano de Benefícios tem por base os métodos: regimes financeiros, hipóteses econômicas financeiras e biométricas, nota técnica atuarial, base de dados dos participantes, assistidos e beneficiários e o respectivo regulamento do Plano. O compromisso atuarial dado pelo Exigível Atuarial do Plano PMB, avaliado em 31 de dezembro de 2025, está fixado com base na taxa real de juros técnicos de desconto financeiro de 4,40% ao ano.

3.6 Superávit (Déficit) Técnico

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigíveis Operacional, Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas. É registrado em Reserva de Contingência conforme critério da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

3.7 Fundos

Registra os Fundos Constituídos, conforme a seguir:

Fundo Previdencial: constituído atuarialmente para atender ao programa previdencial do Plano PMB, conforme regulamento e sua nota técnica atuarial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os valores alocados estão compatíveis com as características do Plano, conforme avaliação atuarial.

Fundo Administrativo: constituído pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas do programa mais a remuneração dos recursos aplicados pelo Programa de Investimentos. Tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

Fundo de Investimentos: fundos que se destinam à quitação de empréstimos em caso de morte dos mutuários participantes e assistidos, conforme mencionado no **item 3.2.3** acima. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários, no ato da concessão dos empréstimos.

3.8 Custeio Administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são segregadas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

3.9 Transferência de Recursos

O resultado líquido do fluxo dos investimentos é transferido proporcionalmente à gestão previdencial e gestão administrativa.

3.10 Receitas e Despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

4. DISPONÍVEL

	2025			2024		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
Bancos	92	11	103	61	16	77
Total	92	11	103	61	16	77

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2025	2024
	PMB	PMB
Depósitos Judiciais (a)	1.587	2.085
Contribuição a Receber	10	9
Déficit Técnico Contratado	0	5.214
Outros Realizáveis	268	0
	1.869	7.308

(a) Depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados aos depósitos e bloqueios judiciais de demandas do Plano.




Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

6. INVESTIMENTOS

Os investimentos, compostos basicamente de ativos de renda fixa, renda variável e empréstimos a participantes totalizam um montante de R\$ 313.203 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 300.841 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrado a seguir:

	2025			2024		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	301.623	5.257	306.880	289.542	4.769	294.311
Ativo Financeiros de Crédito Privado:	-	-	-	-	-	-
Debêntures	424	-	424	410	-	410
Debêntures Prov. p/ perdas	(424)	-	(424)	(410)	-	(410)
Fundos de Investimento:	301.623	5.257	306.880	289.542	4.769	294.311
Renda Fixa (a)	288.567	5.257	293.824	276.914	4.769	281.683
Renda Variável (b)	13.056	-	13.056	12.628	-	12.628
OUTROS INVESTIMENTOS	6.323	-	6.323	6.530	-	6.530
Empréstimos a Participantes (c):	6.323	-	6.323	6.530	-	6.530
Empréstimos	6.323	-	6.323	6.530	-	6.530
Parcela em Atraso	-	-	-	-	-	-
Recursos a Receber	-	-	-	-	-	-
Precatório OFNDS	-	-	-	-	-	-
Total	307.946	5.257	313.203	296.072	4.769	300.841

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

(a) Provisão para Perdas em Debêntures

No exercício de 2025, a Entidade manteve em sua carteira de investimentos títulos classificados como debêntures, registrados originalmente pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados até 31 de dezembro de 2025, conforme critérios estabelecidos pela Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, e pela Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023.

A CAPOF, com base em análises técnicas e nas informações disponibilizadas pela custodiante, constituiu provisão integral para perda sobre o referido título, no montante de R\$ 424 mil, de forma a refletir adequadamente o valor recuperável do investimento.

Dessa forma, o ativo permanece registrado contabilmente com valor líquido igual a zero, sendo demonstrado nas demonstrações contábeis conforme apresentado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Debêntures	424	410
(-) Provisão para perdas	(424)	(410)
Valor líquido	0	0





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

(b) Títulos de Renda Fixa

Os títulos de renda fixa são representados por fundo de investimentos em renda fixa e são considerados com prazo indeterminado, sendo avaliados mensalmente ao valor de mercado pelo valor da quota de cada fundo e seus efeitos reconhecidos nas operações do exercício.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em quotas de fundos de investimento em renda fixa:

Instituição Financeira	Fundo de Investimento	2025			2024		
		PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
Banco Bradesco	Azulejos	288.567	-	288.567	276.914	-	276.914
Banco Bradesco	FI DI Federal	-	1.091	1.091	-	1.174	1.174
Banco Bradesco	FI RF Target I	-	4.166	4.166	-	3.595	3.595
Total		288.567	5.257	293.824	276.914	4.769	281.683

O Fundo de Investimento Azulejos fundo exclusivo da CAPOF, detém 100% das quotas desse fundo. Desta forma, apresentamos abaixo o detalhamento da carteira Fundo Azulejos:

Fundo de Investimento Azulejos

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de custo	Valor de mercado	Faixas de vencimento	2025	2024
					Valor contábil	Valor contábil
Letras do Tesouro Nacional -NTN-Over	Para negociação (a mercado)	15.476	15.476	2026	15.476	15.424
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Para negociação (a mercado)	832	1.309	2045	1.309	1.219
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	170.075	271.816	2028 a 2055	271.816	260.307
Tesouraria/Passivo Exigível		-	-34		-34	-36
Patrimônio do Fundo Azulejos		186.331	288.567		288.567	276.914

MA *ms*

Mbag

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

De acordo com o estudo de ALM elaborado pela Consultoria Financeira ADITUS, a Entidade possui capacidade financeira para manter seus títulos até o vencimento.

O Plano PMB mantém 94,00% de seus títulos públicos em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termo de rentabilidade, superior à meta atuarial, (IPCA+4,40% a.a.) adotada no exercício de 2025; com risco reduzido (Títulos Públicos Federais); e prazo de vencimento longo que é compatível com o fluxo de caixa atuarial.

Aquisição de Títulos Públicos NTN-B na Curva - NÃO HOUVE AQUISIÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS NTN-B NA CURVA EM 2025.

Conforme estudo de Estudo de ALM do exercício 2025 - 2029, para o Plano PMB, elaborado pela Consultoria Financeira ADITUS, e recomendação do Comitê de Investimentos em reunião de 09/12/2024, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 11/12/2024, resgate de 50% do segmento Renda Variável e aquisição de Títulos NTN-B na Curva, com vencimentos para 2032 e 2033 pertencentes ao Fundo Exclusivo Azulejos, de acordo com o dispositivo na Resolução nº 43, de 06/08/2021, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), conforme demonstrados na tabela abaixo:

Tipo	Dt. de Aplicação	Dt.de Vencimento	Taxa (% a.a.)	Índice Valor	(R\$ mil)
NTN-B	12/12/2024	15/05/2033	6,97%	IPCA	5.207
NTN-B	12/12/2024	15/08/2032	7,06%	IPCA	5.142
					10.349





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

(c) Títulos de Renda Variável

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em cotas de fundos de investimento em renda variável:

Instituição Financeira	Fundo de investimento	PMB	
		2025	2024
Banco Bradesco S.A.	Bradesco FIA Dividendos	4.274	2.957
Ibiuna Ações Gestão de Recursos Ltda.	Ibiuna Equities 30 FIC FIA	-	2.989
Finacap Investimentos Ltda.	Finacap Mauritssatad FIA	8.782	6.682
Total		13.056	12.628

(d) Empréstimos a Participantes

No exercício de 2025 a concessão de empréstimo, foi operacionalizada com os parâmetros a seguir:

Forma	Descrição
Limites	- Até 10 vezes o Salário /Benefício bruto
Encargos	- Taxa pós-fixada, com base na variação do IPCA + juros 0,50% ao mês. - Imposto sobre Operações Financeiras. - Taxa de Administração 1,50%. - Fundo de Quitação por Morte 3,00%.
Prazo	- Entre 12 a 60 meses, conforme faixa etária.
Margem Consignável	- 30% (trinta por cento) do salário ou do complemento do benefício pago pela CAPOF, após deduzidas as seguintes parcelas: <ul style="list-style-type: none"> • Imposto de Renda. • Contribuição para a Previdência Social. • Contribuição CAPOF. • Pensão Alimentícia, se for o caso.

De acordo com o art. 199 da Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, a provisão para perda sobre as contribuições em atraso do plano de benefício, em relação ao previsto no plano de custeio anual, deve ser constituída somente sobre o valor das parcelas vencidas. A Entidade não mantém saldo de provisão para perdas, pois não possui inadimplência na carteira.




Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2025			2024		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
Gestão Previdencial						
Retenções a Pagar	511	-	511	258	-	258
Outros	-	-	-	-	-	-
Subtotal	511	-	511	258	-	258
Gestão Administrativa						
Contas a Pagar		486	486	183		183
Retenções a Pagar		81	81	78		78
Subtotal		567	567	261		261
Gestão de Investimentos						
Taxas a Pagar	7	-	7	2	-	2
Subtotal	7	-	7	2	-	2
Total	518	567	1.085	260	261	521

O exigível operacional representa as obrigações por operações correntes da Entidade de R\$ 1.085 realizada 31 de dezembro de 2025. (R\$ 521 em 31 dezembro 2024).

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A CAPOF, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Entidade, baseada na opinião de seu assessor jurídico, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da conta de R\$ 5.123 (R\$ 2.274 em 31 de dezembro 2024), corresponde as provisões apresentadas conforme quadro a seguir:

	2025			2024		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
Gestão Previdencial						
Processos Cíveis	4.060	-	4.060	815	-	815
Processos Trabalhistas	1.058	-	1.058	1.088	-	1.088
Subtotal	5.118	-	5.118	1.903	-	1.903
Gestão Administrativa						
Processos Tributários	-	5	5	-	371	371
Subtotal	-	5	5	-	371	371
Total	5.118	5	5.123	1.903	371	2.274

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

Processos Prováveis

a) Gestão Previdencial

As ações registradas em processos cíveis, trabalhistas e tributárias da ordem de R\$ 5.118 (R\$ 1.903 em 2024) estão lastreadas por depósitos judiciais no total de R\$ 1.588 (R\$ 2.085 em 2024), produzindo efeito líquido de R\$ -3.530 (R\$ -182 em 2024).

As ações contingenciais cíveis em linhas gerais decorrem de cobrança de saldo remanescente sobre as diferenças de correções monetárias no resgate e devolução de cotas individuais, as decorrentes de processos trabalhistas têm como objeto a diferença do valor de resgate (fundo patrocinado) e ações que têm como objeto o cancelamento de inscrições.

b) Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da conta no montante de R\$ 5 (R\$ 371 em 2024) corresponde ao cálculo do PIS e COFINS. A metodologia utilizada para fins de cálculo do PIS e COFINS segue a Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, art. 96, onde a apuração do imposto foi calculada de acordo com suas movimentações contábeis.

Processos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, não havia "processos possíveis" a serem divulgados, conforme opinião do assessor jurídico da Entidade.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas de 31 de dezembro de 2025, foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as premissas atuariais de acordo com teste de aderência realizada no exercício e a taxa de juros que foi 4,40% para o Plano PMB, estão representadas por:

a) Benefícios Concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Entidade em relação aos atuais assistidos.

b) Benefícios a Conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido do valor presente das contribuições futuras dos participantes e da patrocinadora, para os participantes que não adquiriram os direitos de aposentadoria.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

Demonstramos a seguir a composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro 2025 de R\$ 281.886 (R\$ 279.896 em dezembro de 2024):

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	PMB	PMB
Benefícios Concedidos	264.408	261.951
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	264.408	261.951
Benefícios a Conceder	17.478	17.945
Contribuição Definida	17.478	17.945
Total	<u>281.886</u>	<u>279.896</u>

As Provisões Matemáticas foram classificadas em 2025, em função da exigibilidade atuarial e de compromissos específicos do Plano, de suas características e regras constantes no regulamento e metodologia prevista em sua Nota Técnica Atuarial.

Hipóteses Atuariais

Demonstramos a seguir as hipóteses admitidas nos estudos para comparação no período abrangido:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	PMB	PMB
Taxa Real Anual de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Projeção de Crescimento Real:		
Salários	Nula	Nula
Benefícios da Entidade	Nula	Nula
Hipótese sobre Rotatividade	Nula	Nula
Fator de Capacidade:		
Salários	98,00%	98,25%
Benefícios da Entidade	98,00%	98,25%
Tábua Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Média
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Anuidade de Pensão:		
Assistidos	Família real	Família real
Ativos	Família média padrão	Família média padrão
Índice dos Planos	Cota	Cota

Equilíbrio Técnico – Superávit

O Superávit/Déficit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Entidade. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões, conforme critério estabelecido na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, é destinado a reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico e o restante, se houver, deve ser destinado a reservas para ajuste do Plano.

Os valores acumulados demonstrados abaixo, estão dentro do limite da Reserva de Contingência, motivo pelo qual, não houve distribuição de superávit, em 2025 R\$ 20.331 e 2024 (R\$ 19.603)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	PMB	PMB
Superávit Técnico Acumulado	<u>20.331</u>	<u>19.603</u>
Total	<u>20.331</u>	<u>19.603</u>

Apresentamos abaixo a movimentação das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2025:

	<u>Provisões</u>	<u>Superávit</u>	<u>Fundos</u>
	Matemáticas	Técnico	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	283.122	15.342	5.913
Reversão de Provisões	(3.226)		-
Superávit Técnico do Exercício	-	4.261	-
Constituição/ Reversão de Fundos	-	-	550
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>279.896</u>	<u>19.603</u>	<u>6.463</u>
Reversão de Provisões	1.990		-
Superávit Técnico do Exercício	-	728	-
Constituição/ Reversão de Fundos	-	-	613
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>281.886</u>	<u>20.331</u>	<u>7.076</u>

9.2 Fundos

a) Fundos Previdenciais

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da conta no valor de R\$ 48 (R\$ 48 em 2024) corresponde ao fundo constituído no PMB. O valor é calculado pelo atuário responsável, em conformidade com regulamento e condições estabelecidas em Nota Técnica Atuarial, para o plano de benefício, bem como, observados os dispositivos da legislação vigente, e, têm como finalidade atender ao programa previdencial, de forma a garantir possíveis compromissos do Plano.

Considerando os objetivos, constituições, manutenção e os critérios para constituição dos fundos previdenciais conforme o regulamento do Plano Misto de Benefício - PMB, em 31 de dezembro de 2025 o fundo é composto conforme a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	PMB	PMB
Fundo de Desligamento - PMB (i)	<u>48</u>	<u>48</u>
Total	<u>48</u>	<u>48</u>

- (i) O fundo coletivo de desligamento tem a finalidade de suportar eventuais insuficiências oriundas dos pagamentos dos benefícios de pecúlio por morte, quando couber, na forma do artigo 27 do Regulamento do Plano Misto de Benefícios.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

b) Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo é constituído/revertido, mensalmente com a sobra ou insuficiência da gestão administrativa, após a transferência do custeio administrativo, custeio de investimentos do plano e a rentabilidade do recurso aplicado no plano de benefício e gestão administrativa. O saldo do fundo administrativo é representado no PMB, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do PGA – Plano de Gestão Administrativa.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	PMB	PMB
Participação do Plano no Fundo	<u>5.022</u>	<u>4.684</u>

c) Fundo de Garantia das Operações com Participantes

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta no valor de R\$ 2.006 (R\$ 1.731 em 31 de dezembro de 2024) corresponde ao fundo de garantia dos empréstimos, constituído com a arrecadação do Fundo de Quitação por Morte (FQM), descontados dos participantes e assistidos quando da concessão dos empréstimos. O referido fundo é utilizado para quitação do saldo devedor do empréstimo, em caso de morte do participante ou assistido.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	PMB	PMB
FQM	<u>2.006</u>	<u>1.731</u>
Total	<u>2.006</u>	<u>1.731</u>

10. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Em conformidade com o requerido pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, apresentamos a seguir o ajuste de precificação dos ativos, os quais estão apresentados na Demonstração do Ativo Líquido do Plano.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	PMB	PMB
Déficit/Superávit Técnico Acumulado	20.331	19.603
Ajuste de Precificação Positivo	<u>3.509</u>	<u>3.751</u>
Equilíbrio Técnico Ajustado	<u>23.840</u>	<u>23.354</u>

O ajuste de precificação de periodicidade anual, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, corresponde à diferença entre o valor contábil dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento e o valor presente dos referidos títulos, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial.

No caso de equacionamento de déficit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos previsto quer seja positivo ou negativo.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

No caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de títulos previsto somente se negativo. O Equilíbrio técnico ajustado é considerado para fins de equacionamento do déficit ou revisão do plano para distribuição do superávit.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: o patrocinador e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 os valores de R\$ 298.201 e R\$ 35.742 e (R\$ 284.716 e R\$ 38.179 em 2024), representam as transações com o Patrocinador Banco Bradesco S.A são as seguintes:

	2025			2024		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
Ativo						
Disponível	92	11	103	61	16	77
Fundos de Investimentos Renda Fixa	288.567	5.257	293.824	276.914	4.769	281.683
Fundos de Investimentos Renda Variável	4.274	-	4.274	2.957	-	2.957
	<u>292.933</u>	<u>5.268</u>	<u>298.201</u>	<u>279.932</u>	<u>4.784</u>	<u>284.717</u>
Resultado dos Investimentos em Renda Fixa						
Contribuição Patrocinador	34.847	481	35.328	27.707	481	28.188
	414		414	9.991		9.991
Total	<u>35.261</u>	<u>481</u>	<u>35.742</u>	<u>37.698</u>	<u>481</u>	<u>38.179</u>

12. CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade entende como fator preponderante em sua gestão estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposto na condução de seus negócios e persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, principalmente no que diz respeito a seus investimentos e passivos atuariais, a Entidade tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção da continuidade e perenidade de seus negócios.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle na Entidade, têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

12.1 Gerenciamento de Riscos

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas políticas de investimentos, bem como em seus normativos e procedimentos internos.

a) Risco de Crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do não cumprimento por parte das instituições financeiras e não financeiras de suas respectivas obrigações nos termos pactuados previamente, a desvalorizações de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Quando realiza investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de instituições, a Entidade observa as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela gestão dos fundos de investimento exclusivos, a Entidade observa o limite técnico adicional para instituições financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos.

Esta modelagem observa o rating atribuído pelas agências classificadoras de risco, analisada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

b) Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

Em aderência à legislação aplicável à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o exercício foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado para investimentos em renda fixa e para renda variável. O risco de descasamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na política de investimentos.

Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

c) Risco de Terceirização

A gestão de recursos na Entidade pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

A Entidade apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o guia de melhores práticas em investimentos da PREVIC.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

d) Risco de Liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

A Entidade monitora o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance da Entidade.

O Monitoramento de liquidez de curto prazo observou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Os monitoramentos de liquidez de médio e longo prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo e de longo prazo.

e) Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, trabalhista, regulamento dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

A Entidade realiza atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial de previdência, para assegurar a conformidade em seus processos.

f) Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

A Entidade entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g) Risco do Passivo Atuarial

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

No exercício foi realizado o estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características do plano e de sua população.

As avaliações atuariais do plano de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial do plano, por meio de suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e posicionadas em uma determinada data base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos o plano de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (Asset Liability Management) para o plano de benefícios administrado, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

h) Risco Operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e internalizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES

A CAPOF é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, e, de acordo com a legislação tributária vigente, é isenta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme §3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, com redação dada pela Lei nº 9.718/1998, bem como isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa RFB nº 1.315/2013.

Em relação às contribuições ao PIS e à COFINS, a Entidade mantinha discussão judicial acerca da incidência dessas contribuições sobre suas receitas, com os respectivos valores sendo provisionados contabilmente e depositados judicialmente, conforme parecer jurídico.

O Processo tramitou no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi proferido acórdão que reconheceu a incidência das contribuições ao PIS e à COFINS sobre as receitas das entidades fechadas de previdência complementar.

O referido acórdão transitou julgado em 27 de novembro de 2025, encerrando a discussão judicial sobre a matéria.

Em decorrência dessa decisão, a partir da competência janeiro de 2026, a Entidade passará a recolher das contribuições ao PIS e à COFINS, nos códigos de arrecadação normal, em conformidade com a legislação tributária vigente.

14. ATUALIZAÇÃO NORMATIVA APLICÁVEL A PARTIR 2026

A partir de 01 de janeiro de 2026, passa a vigorar Portaria PREVIC Nº 1.071, de 18 de novembro de 2025, que altera os anexos contábeis I, II e III da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023 e estabelece tratamento a ser aplicado às contas contábeis descontinuadas. A referida Portaria estabelece novos critérios de classificação, desdobramento e tratamento das contas contábeis, incluindo a descontinuidade de determinadas rubricas e a reestruturação de grupos patrimoniais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

Em 16 de dezembro de 2025, foi publicada a Resolução PREVIC nº 26/2025, que promove alterações na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, no que se refere a procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A referida norma possui vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025

15. DEMONSTRATIVO DO AJUSTE DA CONSOLIDAÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 188 da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, as demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas de forma consolidada, mediante a eliminação das operações comuns entre o Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Os ajustes de consolidação correspondem principalmente à eliminação de saldos recíprocos relacionados à participação do Plano de Benefícios no Fundo Administrativo do PGA e demais registros classificados como operações comuns.


Tais ajustes têm por objetivo evitar a duplicidade de registros e assegurar que as demonstrações consolidadas reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade como um todo, sem alterar a posição individual dos planos administrados.

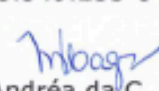
Descrição	Plano PMB	Plano PGA	Ajuste de Consolidação	Consolidado
Ativo Total	314.929	5.594	(5.022)	315.501
Disponível	92	11	-	103
Investimentos	307.946	5.257	-	313.203
Empréstimos a Participantes	6.323	-	-	6.323
Exigível Operacional	518	567	-	1.085
Exigível Contingencial	5.118	5	-	5.123
Patrimônio de Cobertura do Plano	302.217	-	-	302.217
Provisões Matemáticas	281.886	-	-	281.886
Superávit Técnico Acumulado	20.331	-	-	20.331
Fundos Administrativos	-	5.022	(5.022)	-
Fundos Previdenciais	48	-	-	48
Fundo de Garantia de Empréstimos	2.006	-	-	2.006

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração aprovou a emissão e divulgação dessas demonstrações contábeis em 24 de março de 2026.


 Maria de Jesus Castelo Branco Freire
 Diretora Superintendente e AETQ
 CPF: 175.349.253-04


 Andréa Ribeiro Nunes Freitas
 Diretora Seguridade
 CPF: 409.355.073-53


 Márcia Andréa da C. Lages T. da Silva
 Téc. Contabilidade CRC/MA - 5605-O
 CPF: 329.779.803-34

Parecer dos Auditores Independentes



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da

CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM

São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM** ("Entidade" ou "CAPOF"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais do plano de benefício que compreendem as demonstrações das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Entidade em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e divulgação de outras informações no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019 e deve ser elaborado e divulgado até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao que se refere. O RAI deve conter, entre outros aspectos, informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, bem como de sua situação financeira, atuarial e patrimonial, além de fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se as informações nele contidas apresentam inconsistência com as demonstrações contábeis ou com conhecimento obtido na auditoria ou, ainda, se aparentam conter distorção relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Sala 803 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565

www.phfaudidores.com.br

SÃO PAULO

Avenida Paulista, 1636 – Sala 1504 – Cerqueira César, São Paulo/SP
CEP: 01.310-200

phf@phfaudidores.com.br

Parecer dos Auditores Independentes



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e ou do plano de benefício continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou seu plano de benefício ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não é garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Sala 803 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565

www.phfaudidores.com.br

SÃO PAULO

Avenida Paulista, 1636 – Sala 1504 – Cerqueira César, São Paulo/SP
CEP: 01.310-200

phf@phfaudidores.com.br

Parecer dos Auditores Independentes



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se aplicável, que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 25 de março de 2026.

PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/O-0

Paulo de Tarso M. Malta Jr
Contador - CRC-PE - 018346/O - "S" - MA
Sócio Responsável

Eliel Torres da Mota
Contador - CRC-PE - 025592/O - "S" - MA
Responsável Técnico

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Sala 803 - Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfauditores.com.br

SÃO PAULO

Avenida Paulista, 1636 - Sala 1504 - Cerqueira César, São Paulo/SP
CEP: 01.310-200

phf@phfauditores.com.br

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** da **CAPOF – CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO**, que foi instituído 01 de novembro de 1999 e atualmente é patrocinado pelo Banco Bradesco e pela **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão**, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e Assistidos e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante e Assistido, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **CAPOF**. Desta forma, colocamos cada Participante e Assistido à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em premissas e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das premissas e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE CONSULTORIA**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

Ressaltamos que o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** da **CAPOF** é um plano de Contribuição Variável, sendo que na fase de atividade tem características de Contribuição Definida, e na fase de inatividade de Benefício Definido, ou seja, na concessão da suplementação o saldo de conta do Participante é transformado em um Benefício Vitalício, considerando sua Composição Familiar, as Premissas Biométricas e Financeiras no momento da concessão.

No exercício de 2025, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB**, a partir de dados fornecidos pela **CAPOF**, a **CONDE** elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, com o objetivo de indicar as premissas

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados, a **CONDE** recomendou a atualização da Tábua de Entrada em Invalidez e os novos fatores de Capacidades Salarial e de Benefício, e a manutenção das demais Tábuas Biométricas e Variáveis Econômicas, adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

Nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,40%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delinea as novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, assim, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **CAPOF** e os Atuários do Plano, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

O custo e o custeio do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** encontram-se equilibrados. O custo previdencial foi calculado pela **CONDE CONSULTORIA**, e o custo das despesas administrativas foi informado pela **CAPOF** através do PGA.

O Patrimônio Líquido do Plano de Benefícios, em dezembro de 2025, no valor de R\$302.217.399, faz frente às Reservas Matemáticas de R\$281.885.981, apresentando um superávit de R\$20.331.418, representando 7,21% das Reservas Matemáticas. Desta forma, o valor de R\$20.331.418 está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe obrigatoriedade na distribuição de superávit.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** da **CAPOF** encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial superavitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

➤ Características do Plano

O **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, administrado pela **CAPOF**, CNPB nº 1999.0041-83, está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021.

➤ Alteração Regulamentar

No ano de 2025, não existiram alterações regulamentares no **Plano Misto de Benefícios – PMB**.

➤ Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2025, contempla todos os Participantes e Assistidos do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dezembro/2025

Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos (*)	Assistidos			Total
		Aposentados	Pensionistas (**)	Total	
Quantidade	32	241	119	360	392
Folha Salarial / Benefício (mensal)	282.992	1.490.703	489.048	1.979.751	2.262.743
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	8.843	6.185	4.110	5.499	5.772
Idade Média	58	76	72	75	73
Tempo Médio de Admissão (anos)	34	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	2	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	24	-	-	-	-

(*) Consideradas todas as classificações de Ativos da base de dados.

(**) Considerados apenas os Beneficiários Principais de cada Suplementação da Pensão.

➤ Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial para os participantes ativos da Patrocinadora **BRDESCO** tem como base setembro/2025, e os

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2025, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo tiveram um acréscimo de 0,79% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de setembro/2025 a dezembro/2025.

Para o dissídio salarial dos participantes ativos da Patrocinadora **CAPOF**, que tem como base janeiro/2025, utilizamos a variação acumulada do INPC-IBGE de janeiro/2025 a dezembro/2025, logo, obteve um acréscimo de 3,90%.

Aos Assistidos, o reajuste do benefício anual é resultante da Variação Patrimonial (Cota), desta forma, para esta Avaliação, os benefícios foram recompostos tendo em vista a variação **da cota proporcional** ao período de janeiro/2025 a dezembro/2025 no valor de 10,911% (valor este para os reajustes dos benefícios com cota crescente). Para os benefícios decrescentes foram descontados os **juros proporcionais** da avaliação atuarial em vigor no período da concessão, conforme a seguir:

- = 5,14% (descontada a taxa real de juros de 6,00% a.a.)
- = 6,06% (descontada a taxa real de juros de 5,00% a.a.)
- = 6,15% (descontada a taxa real de juros de 4,90% a.a.)
- = 6,42% (descontada a taxa real de juros de 4,60% a.a.)
- = 6,62% (descontada a taxa real de juros de 4,40% a.a.)

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos no parágrafo anterior objetivam posicionar os salários e os benefícios no pico, extraindo desses todo e qualquer efeito da inflação e a cota do plano.

➤ Saldo de Contas

Ressaltamos que a apuração do valor das cotas, os saldos de contas e demais Fundos estão posicionados em 31/12/2025, e são de responsabilidade da **CAPOF**, sendo que a **CONDE CONSULTORIA** as obtém por meio da base de dados cadastrais ou informações contábeis.

➤ Premissas Atuariais

As premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial são as seguintes:

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	dez/25	dez/24
Tábua Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Média
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	dez/25	dez/24
Taxa de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,00%	98,25%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,25%
Índice do Plano	Cota	Cota

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	dez/25	dez/24
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Método de Avaliação

Regime Financeiro	dez/25	dez/24
Regime	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

Para a Aposentadoria, o regime adotado foi o de Capitalização por Cota. Para as Aposentadorias por Invalidez, Pensão e o Pecúlio por Morte, foi adotado o regime de Capitalização pelo método de financiamento de Idade de Entrada. E o regime de Repartição Simples foi adotado para o Auxílio-Doença e para as Despesas Administrativas.

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



➤ Estudo de Aderência

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **CAPOF**, elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas no exercício de 2025, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados, a **CONDE** recomendou a atualização da Tábua de Entrada em Invalidez e novos fatores de Capacidades Salarial e de Benefícios e a manutenção das demais Tábuas Biométricas e Variáveis Econômicas, adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

➤ Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,40%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delinea as novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, assim, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **CAPOF** e os Atuários do Plano, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela **CAPOF**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

➤ Rentabilidade do Plano

A rentabilidade do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, calculada pela cota, atingiu no exercício de 2025 o percentual de 11,61% que, comparado com o

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



IPCA/IBGE, acumulado no período de 4,26%, acrescido do juro atuarial anual de 4,40%, resultou na taxa de 2,54% acima da meta atuarial.

A rentabilidade calculada pela **CONDE** está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que, nesse exercício de 2025, ela atingiu a meta atuarial.

➤ Patrimônio de Cobertura do Plano

O cálculo do Patrimônio de Cobertura do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, considerando os balancetes contábeis de dezembro:

Valores em R\$ 1,00

Composição do Patrimônio (*)	dez/25	dez/24
Ativo Total	314.929.427	308.126.092
Exigível Operacional	(518.472)	(260.077)
Exigível Contingencial	(5.117.812)	(1.903.204)
Fundo Previdencial	(47.683)	(47.683)
Fundos Administrativos	(5.022.185)	(4.684.393)
Fundo de Operações com Participantes	(2.005.876)	(1.731.106)
Patrimônio de Cobertura	302.217.399	299.499.630

(*) Informações coletadas do Balancete.

➤ Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balancete do fechamento do exercício do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**.

➤ Ativo e Passivo Judicial

No balancete do fechamento do exercício do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** existem registros de Passivo Judicial, contabilizado no Exigível Contingencial, no valor de R\$5.117.812, e no Ativo Judicial, contabilizado em Depósitos Judiciais/Recursois, no valor de R\$ 1.587.758.

➤ Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 14,00% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano Misto de Benefícios e o Custo Total é somado ao Custo das Extraordinárias que sofre variações tendo em vista a forma de financiamento.

9

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



Apresentamos a seguir, resumidamente, os resultados da Avaliação:

Custo Atuarial Nivelado (%)		
Benefícios (*)	dez/25	dez/24
	% Custo	% Custo
Patrocinadoras / Participantes		
Aposentadorias	7,31	7,09
Aposentadorias por Invalidez	0,12	0,12
Pensão por Morte	0,01	0,01
Pecúlio por Morte	2,53	2,84
Auxílio Doença ⁽¹⁾	0,53	0,44
Despesas Administrativas - I (**)	3,50	3,50
Custo Normal (Patroc / Part.)	14,00	14,00
Custo Total	14,00	14,00
Assistidos		
Previdencial	9,00	9,00
Despesas Administrativas - II (**)	5,00	5,00
Custo Normal	14,00	14,00
Despesas Administrativas - III (**)	0,33	0,26
Despesas Administrativas - IV (**)	39,09	38,14
Patrocinadora		
Saldo Devedor Extra. em R\$ 1,00 ⁽²⁾	R\$ -	R\$ 5.213.880

(*) Custos atuariais em % sobre o total dos Salários de Participação.

(**) Custo Administrativo I é representado pela Folha dos Salários de Participação, Custo Administrativo II é representado pela folha de Benefícios dos Assistidos, o Custo Administrativo III é realizado pela Taxa de Administração sobre os Investimentos e o Custo Administrativo IV representado por outras fontes de recursos. Perfazendo assim, a despesa Previdencial de R\$3.639.905, conforme PGA da Entidade.

(1) Apurado pela aplicação da Teoria Coletiva do Risco, tendo por base o histórico de pagamentos do benefício

(2) Valor do Saldo Devedor coletado do balancete de dezembro/2025.

O valor para as Despesas Administrativas, considerado nesta Avaliação, foi informado pela **CAPOF**. O valor orçado é de R\$3.639.905, referente às despesas previdenciais.

Eventual diferença deverá ser compensada por outras fontes de receita, entre elas, parte da taxa de administração sob os investimentos para garantir o equilíbrio administrativo ao longo do exercício e eventual reversão/constituição do Fundo Administrativo, se for o caso.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$281.885.981, conforme quadro a seguir:

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



Valores em R\$ 1,00

Discriminação	dez/25	dez/24
Benefícios Concedidos	264.408.133	261.950.548
Benefícios a Conceder	17.477.848	17.945.590
Benefícios do Plano com a Geração Atual	17.558.148	18.034.984
Outras Contribuições da Geração Atual	(80.300)	(89.394)
Total de Reservas Matemáticas	281.885.981	279.896.138

➤ Proposta do Plano Anual de Custeio

Compete ao Conselho Deliberativo da **CAPOF**, com anuência das Patrocinadoras, a aprovação do Plano de Custeio deste Plano Misto de Benefícios, por recomendação da Diretoria Executiva, embasada em parecer atuarial emitido pelo Atuário responsável por este Plano, a seguir:

Contribuição (*)	Proposta do Plano de Custeio - 2026				
	Partic.	Patroc.	Total	BPD	Assistidos
Contribuição Normal em %					
Aposentadoria(**)	3,655	3,655	7,31	-	9,00
Aposentadorias por Invalidez	0,060	0,060	0,12	0,12	-
Pensão por Morte	0,005	0,005	0,01	0,01	-
Pecúlio por Morte	1,265	1,265	2,53	2,53	-
Auxílio Doença ⁽¹⁾	0,265	0,265	0,53	-	-
Taxa de Carregamento	1,750	1,750	3,50	3,50	5,00
Subtotal em %	7,00	7,00	14,00	6,16	14,00
Contribuição Extraordinária					
Extraordinária - Patroc. em R\$ / para os Assistidos em %	-	-	-	-	-
Total das Contribuições em % - Mensal (exceto Extra. Da Patroc.)	7,00	7,00	14,00		14,00

(*) % Sobre o Salário de Participação

(**) Média de Contribuição sobre o Salário Total

⁽¹⁾ Apurado pela aplicação da Teoria Coletiva do Risco, tendo por base o histórico de pagamentos do benefício.

Despesas Administrativas:

Conforme informado pela **CAPOF**, para o **Plano de Benefícios – PMB**, as Despesas Administrativas foram orçadas em R\$3.639.905 e serão custeadas por meio da taxa de carregamento de 25%, aplicada sobre o total das contribuições normais do Plano Misto de Benefícios, correspondente a 3,5% dos Salários de Participação. Para os benefícios, o custeio será de 5% sobre os Benefícios do Plano, equivalente a 35,71% da arrecadação total dos assistidos, acrescido de outras fontes de recursos.

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



Dessa forma, o valor será pago pelos participantes e assistidos, de um lado, e patrocinadores, de outro. A divisão para os participantes e assistidos ocorrerá em 12 parcelas mensais, incluindo a incidência sobre o 13º salário, conforme a seguir:

- a patrocinadora contribuirá com 1,75% sobre o Salário de Participação, além do valor extraordinário de uma parcela mensal de R\$ 116.725, incluindo o 13º salário, no total de R\$1.517.425; e,
- os participantes ativos contribuirão com 1,75% sobre o salário de participação mensal e os assistidos contribuirão com 5% sobre o benefício mensal recebido, totalizando o valor médio mensal de R\$ 116.725 mil.

Embora as despesas administrativas tenham sido mantidas praticamente estáveis, não se pode afirmar o mesmo em relação à arrecadação, uma vez que haverá desequilíbrio no custeio administrativo em decorrência da extinção de 10% da previsão orçamentária anual prevista no Instrumento de Dívida celebrado com o Patrocinador em 2016 e liquidado em junho de 2025 e do percentual de 10% sobre a prestação do mesmo Instrumento a partir de março/2020 com término em junho/2025, anteriormente destinados ao custeio administrativo. Tal fato gerou insuficiência no Plano de Gestão Administrativa (PGA), por se tratar de fonte regular e estruturante de financiamento desde 2016.

Importante destacar que os participantes ativos e assistidos já contribuem com o valor de R\$ 1.400.711, estes últimos sem paridade do Patrocinador, de modo que essa receita não pode ser utilizada para compensar a perda decorrente da extinção dos 10%, conforme Plano de Custeio, que estabelece a paridade entre as contribuições administrativas devidas pelo Patrocinador e pelos Participantes Ativos. Tal patamar somente é alcançado com a manutenção da paridade proporcionada antes pela receita extraordinária de 10% da previsão orçamentária anual consignada no Instrumento de Dívida, cuja extinção rompe o equilíbrio originalmente previsto.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela **CAPOF**, além da taxa de carregamento, foram definidas outras fontes de custeio administrativo e que devem ser revisadas, são elas:

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



- Equivalência de custeio extraordinário de R\$ 1.517.425 em 13 parcelas de R\$ 116.725, em face da liquidação do Instrumento de Dívida em junho/2025; e
- 1,50% de Taxa de administração de empréstimos, incidente sobre as concessões e renovações.

Após apurados os recursos para a cobertura das Despesas Administrativas, eventual insuficiência será coberta pelas seguintes fontes, conforme os limites estabelecidos no PGA:

- 70% da insuficiência será coberta pelos Investimentos do Plano de Benefícios PMB;
- 30% restantes da insuficiência serão cobertos pelo Fundo Administrativo.

Ressaltamos que, compete ao Conselho Deliberativo da **CAPOF**, com anuência das Patrocinadoras, a aprovação do Plano de Custeio deste Plano Misto de Benefícios, por recomendação da Diretoria Executiva, embasada em parecer atuarial emitido pelo Atuário responsável por este Plano.

➤ Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, no valor total de R\$302.217.399, cobre as Reservas Matemáticas de R\$281.885.981, gerando um superávit de R\$20.331.418, representando 7,21% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2025.

Situação do Plano	Valores em R\$ 1,00	
	dez/25	dez/24
a) Patrimônio de Cobertura	302.217.399	299.499.630
b) Reservas Matemáticas	(281.885.981)	(279.896.138)
a-b = Superávit	20.331.418	19.603.492

Este Plano há onze anos seguidos vem apresentando superávits, contudo, o valor apresentado está dentro do limite das Reservas de Contingência, motivo pelo qual não houve distribuição de superávit.

➤ Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a legislação, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da **CAPOF**:

Parecer Atuarial do Plano PMB – 2025



Valor Contábil x Valor Ajustado		Valores em R\$1,00
CONTÁBIL	AJUSTADO	AJUSTE
39.494.616	43.003.976	3.509.360

O quadro anterior refere-se a diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais, contudo, em nosso ponto de vista, esse ajuste deveria ser reconhecido formalmente por meio de lançamentos contábeis.

➤ Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2025, conforme Sistema Venturo, para o Plano de Benefícios **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** da **CAPOF**, é de 7,0758 anos.

➤ Destinação do Superávit

De acordo com a legislação o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- (A) Reservas Matemáticas atribuíveis aos benefícios definidos, deduzidas das Reservas Matemáticas a Constituir.
- (B) Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Reservas Matemáticas}$

Análise do Superávit e o Limite da Reserva de Contingência			
25% das Reservas (A)	Fórmula (B)	LRC = MÍNIMO (A;B)	Superávit Atual
R\$ 66.147.483	R\$ 45.748.922	R\$ 45.748.922	R\$ 20.331.418

LRC: Limite da Reserva de Contingência.

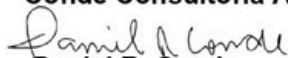
Ajuste de Precificação Positivo não aplicável.

Observação: Foi utilizada a duração do passivo apurada em 31/12/2024 de 7,29 anos

Desta forma, o valor superavitário de R\$20.331.418 apresentado está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não enseja possibilidade de destinação do superávit.

São Paulo, março de 2026.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.


Daniel R. Conde
Atuário MIBA 2126


Danilo Teixeira
Atuária MIBA 3856


Laura Tellini
Atuária AIBA 4085

14

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Av. Imperatriz Leopoldina, 957, Vila Leopoldina – São Paulo/SP

Fone: 55 – 11 - 3834.4933

ccaconde@ccaconde.com.br

www.ccaconde.com.br

Parecer do Conselho Fiscal

DocuSign Envelope ID: F1E44D11-D111-4E10-A54F-55B8B74E2462



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024

Em conformidade com o artigo 32, alínea "b" do Estatuto da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF), consoante ao que estabelece o inciso X, artigo 17, da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e inciso IX, artigo 362, da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2024, que incluem as informações consolidadas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); e ainda, as informações do Plano Misto de Benefícios - PMB: Demonstração do Ativo Líquido (DAL); Demonstrativo de Mutações do Ativo Líquido (DMAL); Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelo Parecer Atuarial da CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelo Plano de Benefícios da CAPOF, e o Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PHF Auditores Independentes S/S. Diante das análises efetuadas, este Conselho conclui que as referidas Demonstrações refletem a situação patrimonial, financeira e atuarial da CAPOF, do seu Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

São Luís (MA), 27 de março de 2025

Conselho Fiscal da CAPOF:

Assinado por:
José de Ribamar Martins Junior
AC9D8E3C85A1499...
JOSÉ DE RIBAMAR MARTINS JUNIOR
Presidente do Conselho Fiscal

DocuSigned by:
Augusto Cezar de Moraes Salgado
FE186BEB4D18442...
AUGUSTO CEZAR DE MORAES SALGADO
Membro do Conselho Fiscal

DocuSigned by:
Maria de Nazaré Ribeiro Campos
EA8969C1EB1F448...
MARIA DE NAZARÉ RIBEIRO CAMPOS
Membro do Conselho Fiscal

Manifestação do Conselho Deliberativo

DocuSign Envelope ID: 4D58B73E-A292-4FCA-9461-EB609DBEB1FC



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024

Em conformidade com o Art. 22, alínea “f”, do Estatuto da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF), consoante ao que estabelece o inciso XI, artigo 17, da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e inciso X, artigo 362, da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2024, que incluem as informações consolidadas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); e ainda, as informa es do Plano Misto de Benefícios - PMB: Demonstr o do Ativo Líquido (DAL); Demonstrativo de Muta o do Ativo Líquido (DMAL); Demonstr o das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelo Parecer Atuarial da CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelo Plano de Benefícios da CAPOF; pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PHF Auditores Independentes S/S.; e no Parecer do Conselho Fiscal da Entidade. Diante das análises efetuadas, este Conselho resolve aprovar as Demonstra es Contábeis, encerradas em 31 de dezembro de 2024.

São Luís (MA), 28 de março de 2025

Conselho Deliberativo da CAPOF:

DocuSigned by:

DADB522F0AED4EF...

SANDRA MARIA NERY ARAÚJO
Presidente do Conselho Deliberativo

DocuSigned by:

B3E6830CCDF84DD...

IRISMAR DO SOCORRO DO ESPÍRITO SANTO SILVA
Membro do Conselho Deliberativo

Assinado por:

BC5F9AC6D7244A3

MARIA OZETE MATIAS DE SOUSA FILHA
Membro do Conselho Deliberativo